



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont)
Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM)

Simone Lima Fernandes Sales

Controle Interno do Município de Porto Nacional no Tocantins

Brasília, DF
2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho

Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Abimael de Jesus Barros Costa

Coordenador do Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas
Municipais

Simone Lima Fernandes Sales

Controle Interno do Município de Porto Nacional no Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia e outros) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão do curso de Especialização.

Orientador:

Profa. **Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva**

Brasília, DF
2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

LF363Li
mac

Lima Fernandes Sales, SIMONE
Controle Interno do Município de Porto Nacional no
Tocantins / SIMONE Lima Fernandes Sales; orientador Profa
Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva. -- Brasília, 2024.
23 p.

Monografia (Especialização - Especialização em
Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM)) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Controle Interno do Município de Porto Nacional no
Tocantins. I. Costa Maroni Saraiva, Profa Dra. Mayla
Cristina, orient. II. Título.

Simone Lima Fernandes Sales

Controle Interno do Município de Porto Nacional no Tocantins

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia e outros) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da Especialização em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais (CFPM), aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Professora: Dra. Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva
Orientadora
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Gabriela de Abreu Passos
Examinador
Departamento de Contabilidade
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Brasília, (2024)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Soberano Deus. Em seguida, meu profundo reconhecimento ao meu esposo e à minha filha pela compreensão durante todas as vezes que precisei me trancar no quarto para assistir às aulas e produzir o conteúdo deste meu primeiro artigo científico. Sou igualmente grata aos colegas da Especialização, aos Tutores, e aos colegas de trabalho que responderam ao formulário de perguntas, por toda ajuda, direta e indireta. Um agradecimento especial à minha orientadora, que me guiou e demonstrou paciência em todas as etapas do processo de construção deste artigo.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo propor uma análise detalhada da atuação do Controle interno no Município de Porto Nacional, investigando suas práticas, desafios e impactos na região local. A atuação da Controladoria Geral do Município (CGM) é fundamental para manter a confiança da população nas instituições públicas, promovendo uma gestão que é tanto eficiente quanto justa. Ao seguir rigorosamente as normas e orientações estabelecidas, o Controle Interno em Porto Nacional assegura que os recursos públicos sejam administrados de maneira ética e eficaz, beneficiando toda a comunidade Portuense. E para explorar os complexos mecanismos dos controles internos na gestão pública municipal, adotei uma abordagem metodológica qualitativa e descritiva, focalizando um estudo de caso no município em questão. A análise foi feita por meio de questionário, após analisar os formulários aplicados aos Analistas de Controle Interno e outros servidores do Município, constatamos que a maioria dos participantes da pesquisa possui uma visão positiva da Controladoria. Em síntese, os estudos revisados destacam a importância dos controles internos para a eficiência, a transparência e a legalidade na gestão pública municipal. Eles evidenciam que, apesar dos desafios, a implementação de sistemas de controle interno eficazes é crucial para assegurar a boa governança e a utilização adequada dos recursos públicos.

Palavras-chave: controle interno; gestão pública municipal; governança pública; controladoria municipal;

ABSTRACT

This article aims to propose a detailed analysis of the performance of Internal Control in the Municipality of Porto Nacional, investigating its practices, challenges and impacts in the local region. The activities of the Municipal Comptroller General (CGM) are fundamental to maintaining the population's trust in public institutions, promoting management that is both efficient and fair. By strictly following established standards and guidelines, Internal Control in Porto Nacional ensures that public resources are managed ethically and effectively, benefiting the entire Portuguese community. And to explore the complex mechanisms of internal controls in municipal public management, I adopted a qualitative and descriptive methodological approach, focusing on a case study in the municipality in question. The analysis was carried out using a questionnaire, after analyzing the forms applied to Internal Control Analysts and other Municipal employees, we found that the majority of research participants have a positive view of the Controllershship. In summary, the studies reviewed highlight the importance of internal controls for efficiency, transparency and legality in municipal public management. They show that, despite the challenges, the implementation of effective internal control systems is crucial to ensuring good governance and the adequate use of public resources.

Keywords: internal control; municipal public management; public governance; municipal controllership;

Sumário

RESUMO	10
ABSTRACT	11
Sumário.....	12
1.INTRODUÇÃO.....	13
2.REVISÃO DE LITERATURA	14
4.Análise e Síntese dos Dados.....	20
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE(S)	26

1. INTRODUÇÃO

A eficiência da gestão pública municipal é um tema de crescente relevância no contexto contemporâneo, especialmente diante das demandas cada vez mais complexas da sociedade. No âmbito municipal, os controles internos desempenham um papel fundamental na garantia da transparência, eficiência e legalidade na administração dos recursos públicos. Com base nas contribuições de diversos estudiosos (Soares, 2020; Ferreira, Santos & Vasconcelos, 2021; Araújo, Arruda & Barreto, 2008), percebemos que os sistemas de controle interno não apenas identificam os riscos inerentes à gestão pública, mas também possibilitam o adequado gerenciamento desses riscos, permitindo um acompanhamento abrangente e eficaz das operações e atividades críticas.

A fragilidade dos sistemas de controle interno e externo, como ressaltado por Speeden e Perez (2020), pode impactar significativamente no planejamento e nas finanças públicas, colocando em risco a consecução dos objetivos estabelecidos pela administração. Conforme destacado por Ribeiro et al. (2008), a ausência ou fragilidade do controle interno expõe as entidades a desvios de recursos e gestão fraudulenta, ressaltando a sua importância como salvaguarda contra práticas indevidas.

A partir das reflexões de Cavalcante & Luca (2013), compreendemos que a presença de controle é considerada como dimensão essencial de governança no setor público, pois é um suporte para o alto nível de gestão, permitindo o alcance de objetivos através da eficiência operacional, confiabilidade dos relatórios e cumprimento das leis e regulamentos.

No contexto específico do município de Porto Nacional do Tocantins, a Controladoria Geral do Município, foi criada no âmbito municipal, pela Lei Complementar N° 1853 de 26 de outubro de 2005, exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e Patrimonial da Administração Pública Direta e seus órgãos, bem como das Entidades da Administração Indireta, no que concerne à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia das receitas. O quadro de servidores é composto pelo Controlador-Geral, dois Analistas (servidores do quadro efetivo do município), e sete Assessores Técnico de cargos comissionados, totalizando dez servidores. Diante do exposto acima, é crucial examinar a atuação do controle interno como um recurso organizacional vital para a sustentabilidade da gestão pública local. Independentemente da estrutura hierárquica ou denominação, como observado por Chiarelli & Cherobim (2009), a Controladoria ou Unidade

Central de Controle Interno desempenha um papel crucial para o sucesso da gestão. Nesse sentido, é essencial compreender como a Controladoria Geral do Município (CGM), conforme elucidado por Cruz, Silva & Spinelli (2016), está lidando com os desafios do controle do governo e das políticas públicas, garantindo transparência, eficiência e legalidade nas ações administrativas.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma análise detalhada da atuação do controle interno no município de Porto Nacional do Tocantins, investigando suas práticas, desafios e impactos na gestão pública local. A partir de uma abordagem teórico-empírica, busca-se fornecer *insights* relevantes para o aprimoramento dos sistemas de controle interno municipais, contribuindo para a promoção de uma gestão pública eficiente e transparente em benefício da comunidade portuense, população essa que tem mais de 64.418 habitantes, aponta Censo do IBGE 2022.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IMPORTÂNCIA DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO

A eficiência na gestão pública municipal é um tema cada vez mais relevante, especialmente diante das crescentes demandas sociais e da necessidade imperativa de transparência e legalidade na administração dos recursos públicos. Diversos estudos têm destacado a importância dos sistemas de controle interno como fundamentais para alcançar esses objetivos, proporcionando uma visão abrangente sobre o tema.

Segundo Macedo (et al., 2019,) oferecem uma análise aprofundada sobre a implementação dos controles internos em uma prefeitura do interior do Ceará, ressaltando que: "Um sistema bem implementado pode prevenir irregularidades e promover uma administração transparente e eficiente" (Macêdo, Machado e Scarpin, 2022, p. 45).

Esta análise destaca que a estruturação adequada de controles internos não apenas previne fraudes, mas também promove a responsabilidade administrativa, essencial para a confiança pública. Diehl et al. (2019), ao estudarem os sistemas de controle interno no Vale do Caí, Rio Grande do Sul, também destacam a relevância dessas práticas. Segundo os autores:

Práticas robustas melhoram a gestão de riscos e a qualidade dos serviços públicos, estabelecendo procedimentos claros e eficazes que ajudam a prevenir irregularidades e promovem uma administração mais transparente e responsável. A capacitação contínua dos servidores também desempenha um papel crucial, garantindo um entendimento profundo dos processos e das responsabilidades associadas aos controles internos. Além disso, a implementação de práticas robustas fortalece a governança organizacional, aumentando a confiança dos cidadãos na gestão pública e no uso adequado dos recursos (Diehl et al., 2019, p. 89).

A capacitação contínua dos servidores é enfatizada como um fator crucial para o sucesso desses sistemas, promovendo uma cultura organizacional voltada para a transparência. Além disso, é importante ressaltar a perspectiva de Souza Júnior (2022), que explora o papel estratégico da controladoria nas prefeituras de Pernambuco. O autor argumenta que:

"A ausência de um controle interno eficaz pode comprometer a eficiência administrativa e levar a desvios de recursos" (Souza Júnior, 2022, p. 102).

Este ponto de vista é complementado pela observação de que a controladoria eficiente contribui significativamente para a prevenção de irregularidades e para a maximização do uso dos recursos públicos.

Diante do exposto Castro e Silva (2017) também contribuem para essa discussão, destacando a importância das boas práticas de governança. "A implementação contínua dessas práticas é crucial para a transparência e a *accountability* na gestão pública" (Castro e Silva, 2017, p. 33).

A manutenção contínua de um sistema de controle interno robusto é essencial para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e responsável. Isso não apenas fortalece a transparência na gestão pública, mas também contribui para a prevenção de desvios e irregularidades. Além disso, a atualização periódica dos procedimentos e a adaptação às mudanças nas normativas e na estrutura organizacional são fundamentais para a eficácia do sistema. Ao integrar essas práticas de manutenção, as prefeituras podem assegurar não apenas a conformidade legal, mas também a confiança da comunidade na administração dos recursos públicos.

2.2 PAPEL DA CONTROLADORIA

Para falar sobre o papel da controladoria que também é parte do controle interno, Souza Júnior (2022) explora o papel estratégico da controladoria nas prefeituras de Pernambuco, argumentando que: "A ausência de um controle interno eficaz pode comprometer a eficiência administrativa e levar a desvios de recursos" (Souza Júnior, 2022, p. 102).

A controladoria, como mecanismo interno de controle, tem a função de assegurar que as ações e os recursos públicos sejam geridos de acordo com as leis e regulamentos vigentes. Além de prevenir desvios, a controladoria também promove a melhoria contínua dos processos administrativos. Segundo Castro e Silva (2017) destacam que: "A implementação contínua dessas práticas é crucial para a transparência e a *accountability* na gestão pública" (Castro e Silva, 2017, p. 33).

Este enfoque na governança demonstra a interdependência entre a eficiência administrativa e a transparência, essencial para a confiança pública enfatizando a influência da liderança municipal na eficácia dos controles internos, sublinhando que: "Uma liderança forte é fundamental para um ambiente administrativo robusto" (Carvalho, 2018, p. 77).

A liderança desempenha um papel central na criação de uma cultura organizacional que valorize a transparência e a eficiência, elementos chave para o sucesso dos controles internos. De Carvalho Ferreira (2016) também destaca que: "Os controles internos são pilares essenciais da governança eficaz, contribuindo para a confiança da população na administração pública" (De Carvalho Ferreira, 2016, p. 59).

Sendo assim, A integração de mecanismos de controle interno bem estruturados assegura que a administração pública opere com transparência e responsabilidade, promovendo a confiança entre os cidadãos.

2.3 INFLUÊNCIA DA LIDERANÇA NA EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS

Segundo Carvalho (2018), a liderança municipal desempenha um papel crítico na eficácia dos controles internos, enfatizando que uma liderança forte é fundamental para um ambiente administrativo robusto. Líderes comprometidos com a transparência e eficiência administrativa são essenciais para criar uma cultura organizacional que valorize esses princípios.

Além disso, estudos indicam que práticas robustas melhoram a gestão de riscos e a qualidade dos serviços públicos. A liderança eficaz, portanto, não apenas promove a implementação de controles internos, mas também assegura que esses sistemas sejam mantidos e aprimorados continuamente.

Partindo dessa premissa, Carvalho, Ferreira (2016) argumenta que os controles internos são pilares essenciais da governança eficaz, contribuindo para a confiança da população na administração pública. A liderança é fundamental para garantir que os controles internos sejam não apenas implementados, mas também respeitados e valorizados dentro da organização.

Pois Cunha e Callado (2019) identificam desafios na implementação de práticas eficazes de controle interno nas capitais brasileiras, sugerindo que a liderança é vital para enfrentar e superar esses desafios, promovendo um ambiente de transparência e responsabilidade.

2.4 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE CONTROLE INTERNO

Dentro da implementação de práticas e controle interno foi identificado segundo Cunha e Callado (2019) , desafios na implementação de práticas com eficácia de controle interno nas capitais brasileiras, sugerindo que superar novas regras para que administração ocorresse com maior qualidade . A complexidade e a diversidade das realidades administrativas exigem abordagens específicas e adaptativas para a implementação de controles internos eficazes.

Diante do exposto Andrade Lucas et al. (2022) destacam a importância da coordenação entre os controles interno e externo para a eficácia dos sistemas de controle. Eles afirmam que a eficácia das auditorias e a correção de irregularidades dependem dessa coordenação.

O autor Diehl et al. (2019) também ressaltam que a capacitação contínua dos servidores é essencial para a implementação eficaz de controles internos. Isso promove uma compreensão aprofundada dos processos e das responsabilidades associadas aos controles internos.

Já Helfenstein (2019) enfatiza que a independência dos órgãos de controle interno é crucial para garantir a qualidade das atividades, contribuindo para a transparência e a

confiança na administração pública. Essa independência é essencial para assegurar a imparcialidade e objetividade das avaliações e auditorias.

2.5 CONTROLE SOCIAL E GOVERNANÇA

Loureiro et al. (2012) discutem o papel do controle social, argumentando que um sistema de controle interno bem estruturado é essencial para a boa governança e a prevenção de práticas fraudulentas. O controle social envolve a participação ativa da comunidade na fiscalização dos atos da administração pública, promovendo a transparência e a *accountability*.

Sousa Alves e de Moraes Júnior (2016) analisam a eficácia dos controles internos na gestão pública de Patos/PB, enfatizando que a boa governança depende de sistemas de controle interno bem estruturados. A interação entre a sociedade civil e os mecanismos de controle interno é fundamental para assegurar a transparência na gestão pública.

Segundo Helfenstein (2019) destaca a importância da independência dos órgãos de controle interno para garantir a qualidade de suas atividades, contribuindo para a transparência e a confiança na administração pública. Essa independência é crucial para que os controles internos operem de maneira eficaz e sem interferências indevidas, mantendo a credibilidade dos processos administrativos.

Portanto Almeida Pereira e Rezende (2013) salientam que a integração entre planejamento estratégico e controle interno é fundamental para o sucesso da gestão municipal. Essa integração assegura que os objetivos estratégicos da administração pública estejam alinhados com as práticas de controle, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica foi conduzida através de bases de dados acadêmicas como Spell, Scielo, Google Acadêmico e outros relevantes para o campo da administração pública. As palavras-chave utilizadas incluem controle interno; gestão pública municipal; governança pública; controladoria municipal. Esta pesquisa se configurará com uma abordagem de natureza qualitativa como já foi mencionado, que servirá para avaliar e responder as questões para entender melhor sobre o controle interno de Porto Nacional.

A abordagem qualitativa busca descrever significados que são socialmente construídos, e por isso é definida como subjetiva, tem também a característica não estruturada, é rica em contexto e enfatiza as interações; através da coleta de dados

qualitativos, obtêm-se respostas que são semi-estruturadas ou não-estruturadas; As técnicas de análise são indutivas, orientadas pelo processo, e os resultados não são generalizáveis. (TANAKA, 2001, p. 01)

A pesquisa qualitativa segundo Oliveira (2004), procura identificar, ou seja, analisar a interação de algumas variáveis, o objetivo maior da pesquisa qualitativa é interpretar o fenômeno que se observa. (VIEIRA, A. VALTER. 2002 p.65), afirma que “seus objetivos são: a observação, descrição, compreensão e o significado” Diante dessa afirmação, entende-se que na pesquisa qualitativa não existe hipóteses pré-concebidas; na verdade a hipótese só será construída depois da observação.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica sistemática conduzida neste estudo teve como objetivo identificar, analisar e sintetizar estudos relevantes sobre controles internos na gestão pública municipal. Utilizando uma metodologia qualitativa, foram estabelecidos critérios rigorosos de inclusão e exclusão para garantir a seleção de artigos de revistas acadêmicas revisadas por pares, focando em temas específicos relacionados à administração pública. A busca na literatura foi ampla e abrangente, envolvendo fontes como Scielo, Spell, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, conforme já comentado, empregando palavras-chave pertinentes para uma análise detalhada.

Além da revisão bibliográfica, complementou-se o estudo com análises documentais e um estudo de caso no município de Porto Nacional. Este estudo de caso envolveu a análise de relatórios oficiais, leis, regulamentos e documentos disponíveis no *site* da prefeitura, integrado à página da Controladoria Geral do município sob a gestão do Controlador Pedro Donizete Biazotto. Adicionalmente, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e observações *in loco*, sem identificação dos entrevistados, utilizando um questionário composto por 10 perguntas direcionadas a 15 participantes.

Essa abordagem metodológica multifacetada proporcionou uma compreensão abrangente e aprofundada sobre os controles internos na gestão pública municipal. Os *insights* obtidos contribuem significativamente para o desenvolvimento de práticas mais eficazes e transparentes na administração pública, visando fortalecer a governança e promover uma gestão responsável em benefício da comunidade local.

4. Análise e Síntese dos Dados

A revisão detalhada dos artigos e documentos selecionados proporcionou uma compreensão aprofundada dos conceitos, metodologias, resultados e conclusões pertinentes à construção de um referencial teórico abrangente sobre controles internos na gestão pública municipal. Os estudos revisados destacaram a importância dos controles internos como fundamentais para a eficácia da governança, corroborando achados de diversos autores. Carvalho (2018) enfatiza que uma liderança municipal eficaz é crucial para fortalecer os controles internos, enquanto Cunha e Callado (2019) identificam desafios significativos na implementação de práticas eficazes de controle interno nas capitais brasileiras.

No estudo em questão, aplicou-se um formulário aos Analistas de Controle Interno e outros servidores municipais para analisar o mapa estratégico da Controladoria Geral do Município (CGM). Os resultados revelaram que 73% dos respondentes estão cientes do mapa estratégico da CGM, indicando uma percepção positiva quanto ao papel da CGM na promoção de uma gestão pública transparente e eficiente. Esta constatação está alinhada com os argumentos de De Carvalho Ferreira (2016), que defende os controles internos como pilares essenciais para uma governança eficaz.

A avaliação sobre o acesso ao mapa estratégico mostrou que 66,7% dos participantes reconhecem sua disponibilidade, um aspecto relevante discutido por Helfenstein (2019) ao enfatizar a importância da transparência na gestão pública. Contudo, observou-se que 26,7% dos respondentes não tinham conhecimento dessa informação, sugerindo áreas para melhorias na comunicação interna da CGM, conforme discutido por Diehl et al. (2019) em relação aos impactos de práticas robustas de controle interno na gestão pública.

Adicionalmente, a pesquisa revelou que 66,7% dos servidores municipais têm clareza sobre os objetivos da CGM, embora 33,3% desconheçam esses objetivos, o que pode afetar a eficácia das atividades de controle interno. Esses achados corroboram os estudos de Loureiro et al. (2012) sobre o papel do controle social na governança pública, ressaltando a importância da conscientização e engajamento dos servidores na implementação de práticas eficazes de controle interno.

Portanto, a análise dos dados coletados neste estudo contribui não apenas para um entendimento aprofundado sobre os controles internos na gestão pública municipal, mas

também para a identificação de áreas críticas que requerem atenção na implementação e fortalecimento desses controles, alinhando-se às recomendações dos diversos autores revisados.

Abaixo é possível ver quadro síntese das respostas:

Pergunta	Explicação da Pergunta	Resposta	Percentual
1	Avaliação da estrutura, capacitação e confiabilidade da Controladoria Geral do Município de Porto Nacional.	Sim	73%
		Não	20%
		Não sei	7%
2	Conhecimento sobre a disponibilidade do mapa estratégico da Controladoria.	Sim	66,7%
		Não	26,7%
		Não sei	6,7%
3	Clareza dos objetivos da Controladoria do Município.	Sim	66,7%
		Não	33,3%
4	Disponibilidade de informações essenciais para o controle interno.	Sim	73,3%
		Não	20%
		Não sei	6,7%
5	Acesso público ao Plano Anual de Atividades da Controladoria.	Sim	40%
		Não	53,3%
		Não sei	6,7%
6	Percepção sobre a definição e realização das atividades de controle.	Sim	60%
		Não	33,3%
		Não sei	6,7%
7	Realização de avaliações contínuas para garantir a eficácia do controle interno.	Sim	33,3%
		Não	66,7%
8	Independência do controle interno sobre atividades das demais secretarias.	Sim	73,3%
		Não	26,7%
		Não sei	0%
9	Grau de independência funcional dos Analistas de Controle Interno.	Sim	33,3%
		Não	60%
		Não sei	6,7%
10	Monitoramento das notificações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO).	Sim	60%
		Não	40%

Fonte: Elaborado pela autora

Cada linha da tabela acima representa uma pergunta específica do questionário aplicado na Prefeitura Municipal de Porto Nacional, juntamente com uma explicação do que a pergunta avalia e os percentuais correspondentes às respostas obtidas.

. A alta taxa de conhecimento do mapa estratégico da Controladoria Geral do Município (CGM), com 73% dos respondentes cientes de sua existência, sugere uma percepção positiva da CGM como promotora de transparência e eficiência na administração pública local, alinhando-se com os argumentos de autores como Carvalho (2018) sobre a importância de uma liderança municipal eficaz para fortalecer os controles internos. Contudo, a descoberta de que 26,7% dos participantes não tinham conhecimento do mapa estratégico

aponta para desafios na comunicação interna da CGM, corroborando as preocupações levantadas por De Carvalho Ferreira (2016) sobre a necessidade de uma governança eficaz fundamentada em controles internos robustos.

Além disso, a clareza sobre os objetivos da CGM entre os servidores municipais, com 66,7% dos respondentes afirmando estar bem informados, revela uma base sólida para a implementação de práticas de controle interno. No entanto, a presença significativa de 33,3% que desconhecem esses objetivos ressalta a importância de melhorar a comunicação institucional e o treinamento dos funcionários, conforme discutido por Helfenstein (2019) em relação à transparência e accountability na gestão pública. Essa lacuna de conhecimento pode comprometer a eficácia dos controles internos na mitigação de riscos e na promoção de uma gestão eficiente dos recursos públicos, aspectos centrais discutidos por diversos autores, como Cunha e Callado (2019) em seus estudos sobre os desafios na implementação de práticas eficazes de controle interno em capitais brasileiras.

Por fim, a análise das atividades de controle interno realizadas pelo município revelou uma percepção geral positiva, com 60% dos respondentes considerando-as em níveis aceitáveis. No entanto, o fato de que um terço dos participantes desconhece essas atividades sugere a necessidade de maior divulgação e conscientização sobre o papel e as responsabilidades da CGM na supervisão e monitoramento das operações municipais. Esses resultados corroboram as conclusões de Diehl et al. (2019) sobre a importância de práticas robustas de controle interno para melhorar a gestão pública, destacando a relevância de uma abordagem proativa na implementação de controles internos eficazes para garantir a integridade e eficiência das operações municipais em Porto Nacional.

Esses dados oferecem uma visão clara das percepções dos respondentes sobre diversos aspectos da atuação da Controladoria, contribuindo para uma análise detalhada da gestão pública municipal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo propor uma análise detalhada da atuação do Controle Interno no Município de Porto Nacional do Tocantins, investigando suas práticas, desafios, impactos na gestão pública local.

É importante destacar que, no Município de Porto Nacional, o Controle Interno, instituído pela Lei Municipal nº 1.853 de 26 de outubro de 2005, desempenha um papel fundamental na governança local. Além de seguir esta legislação, a Controladoria Geral do Município (CGM) também aderiu às orientações e Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, bem como à Lei Orgânica Municipal e outras legislações específicas pertinentes.

Desta forma, a CGM é responsável por acompanhar e fiscalizar todos os atos administrativos, com especial atenção àqueles que envolvem despesas para o erário. Esse monitoramento constante é fundamental para prevenir e detectar irregularidades que possam comprometer os recursos públicos.

Além disso, garantir a regularidade dos atos de gestão é uma das principais funções da CGM. Isso envolve assegurar que todas as ações administrativas estejam em conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos, promovendo uma gestão pública alinhada com as melhores práticas.

Outro aspecto crucial é a avaliação da eficiência e do grau de segurança dos sistemas de controles internos existentes. A CGM identifica os pontos fortes e fracos desses sistemas, propondo melhorias que aumentem a eficácia e a segurança das operações administrativas.

A verificação da aplicação das normas internas, da legislação vigente e das diretrizes traçadas pela Administração é também uma função central. Isso garante que os atos de gestão estejam sempre em conformidade com os padrões legais e regulatórios, evitando desvios e inconsistências.

A avaliação da eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos é essencial para o aperfeiçoamento da gestão administrativa. A CGM busca garantir que os recursos sejam utilizados da maneira mais vantajosa possível, evitando desperdícios e maximizando os benefícios para a população.

A verificação e o acompanhamento do cumprimento das orientações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE/TO) e outros órgãos de controle e fiscalização são igualmente importantes. A CGM assegura que todas as recomendações e determinações desses órgãos sejam rigorosamente seguidas, mantendo a administração municipal em conformidade com os padrões de controle externo.

Após a execução dos trabalhos, a CGM apresenta sugestões de melhoria, visando o aprimoramento dos controles existentes. Quando identificadas falhas ou lacunas, o Controle Interno propõe a implantação de novos controles para fortalecer a gestão pública.

Aumentar a transparência da gestão é outra atribuição fundamental. A CGM científica os auditados sobre a importância de seguir as normas vigentes, promovendo uma cultura de conformidade e integridade.

Por fim, a emissão de pareceres sobre as contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo destaca-se como uma das responsabilidades cruciais da CGM. Esses pareceres fornecem uma análise rigorosa e independente das contas públicas, reforçando a transparência e assegurando uma prestação de contas clara e responsável à sociedade.

Para estudos futuros, sugere-se análises empíricas servindo como base para uma análise detalhada das práticas, desafios e impactos dos controles internos municipais, utilizar métodos quantitativos para entender sobre a dimensão que ele possui.

REFERÊNCIAS

- Carvalho, C. (2018). Liderança municipal e sua influência na eficácia dos controles internos. *Gestão Pública em Foco*, 5(2), 77-90.
- Castro, A., & Silva, B. (2017). A importância das boas práticas de governança na administração pública. *Revista Brasileira de Administração Pública*, 41(1), 33-50.
- Cunha, F., & Callado, A. (2019). Desafios na implementação de práticas eficazes de controle interno: Um estudo nas capitais brasileiras. *Revista de Administração Pública*, 53(4), 700-720.
- De Carvalho Ferreira, D. (2016). Os controles internos como pilares da governança eficaz. *Cadernos de Administração Pública*, 22(1), 59-75.
- Diehl, E., et al. (2019). Práticas robustas de controle interno no Rio Grande do Sul: Impactos na gestão pública. *Administração Pública e Gestão Social*, 11(3), 89-105.
- Helfenstein, H. (2019). Independência dos órgãos de controle interno e sua importância para a transparência. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 48(2), 210-225.
- Loureiro, M., et al. (2012). O papel do controle social na governança pública: Um estudo de caso. *Revista de Administração Municipal*, 27(2), 150-165.

Macêdo, R., Machado, S., & Scarpin, J. (2019). Implementação de controles internos em prefeituras do interior do Ceará: Estudo de caso. *Cadernos de Gestão Pública*, 25(2), 45-60.

Prefeitura Municipal de Porto Nacional. (s.d.). Controladoria Geral do Município. Recuperado de <https://portonacional.to.gov.br/>

Souza Júnior, P. (2022). O papel estratégico da controladoria nas prefeituras de Pernambuco. *Gestão Pública em Debate*, 12(1), 95-110.

Tanaka, O. Y., & Melo, C. (2001). *Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente- um modo de fazer*. São Paulo: Edusp.

Vieira, A. V. (2002). As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. *Revista FAE*, 5(1), 61-70.

APÊNDICE(S)
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA FINS ACADÊMICOS

1. Na Prefeitura Municipal de Porto Nacional, a Controladoria está estruturada, capacitada e confiável, caminhando com uma administração pública eficaz, eficiente e transparente?
2. Neste Município, você sabia que a Controladoria possui de fácil acesso o mapa estratégico onde são definidas: visão, missão e valores?
3. No portal da Controladoria do Município, os objetivos estão claramente definidos?
4. Neste Município, o controle interno conta com o suporte de informações essenciais para seu pleno exercício?
5. No portal da Controladoria do Município, o Plano Anual de Atividades está disponível para acesso do público em geral?
6. Neste Município, são definidas as atividades de controle que contribuem para redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos?
7. Neste Município, são realizadas avaliações contínuas para se certificar de que o controle interno funciona acertadamente?
8. As atividades das demais secretarias, dentre elas: CPL, Patrimônio e Contabilidade são realizados de forma independente, porém supervisionadas pelo controle interno do Município?
9. Neste Município, existe grau de independência funcional dos Analistas de Controle Internos?
10. Neste Município, o Controle Interno tem monitorado as notificações emitidas pelo controle externo, TCE-TO?